



< EDUCAÇÃO **JÁ** >

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais da

BAHIA



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais da Bahia, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE JERÔNIMO RODRIGUES

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discurso e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BAHIA

Traz contribuições para a agenda educacional da Bahia, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE JERÔNIMO RODRIGUES

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Jerônimo Rodrigues, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Fortalecimento do regime de colaboração com os municípios em todas as etapas da Educação Básica, incluindo apoio na oferta da Educação Infantil (Creches e Pré-escolas)
- B.** Fortalecimento dos Núcleos Territoriais de Educação (NTEs) para acompanhamento das escolas estaduais e das redes municipais.
- C.** Expansão da oferta de Educação Integral, incluindo ações de fomento aos municípios.
- D.** Ações de atenção à saúde mental nas escolas da rede estadual.
- E.** Fortalecimento de programas de permanência na Educação Básica.
- F.** Expansão da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao Ensino Médio e à modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- G.** Ações para melhoria da qualidade na Educação do Campo, Indígena e Quilombola.
- H.** Instituição do Programa de Educação Digital da Bahia.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para Bahia:

- A.** Ações de recomposição de aprendizagens voltadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia.

- B.** Política de financiamento com caráter distributivo e indutor de qualidade.
- C.** Investimento em políticas pedagógicas coerentes, incluindo materiais didáticos, formação de professores e avaliações alinhadas ao currículo da rede.
- D.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo estruturação de processo de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares.
- E.** Política intersetorial para primeira infância em regime de colaboração com os municípios, envolvendo ações integradas entre Educação, Saúde e Assistência Social.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA BAHIA

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Em 2021, a Bahia instituiu o **Programa Bolsa Presença** (Lei nº 14.396/2021), que visa **combater o abandono e a evasão escolar**. O programa consiste no pagamento de um auxílio financeiro mensal às famílias dos estudantes que estão no CadÚnico, condicionado a frequência na escola. Será importante **avaliar o impacto e os resultados do programa** em 2022 e avaliar se este modelo de pagamento do auxílio para as famílias é de fato o mais efetivo para garantir a permanência das crianças e jovens na escola.
2. A Bahia conta com um **programa de monitoria remunerada (Mais Estudo)**, no qual alunos com bom desempenho acadêmico são monitores no contraturno das aulas regulares e recebem bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 100. Essa não pode ser a principal ação de recomposição de aprendizagem, mas pode ter um papel complementar a outras medidas a serem criadas pelo governo estadual. Nesse sentido, **é essencial investir na estruturação de uma estratégia robusta para o processo de recomposição de aprendizagens**. Essa política deve abarcar diversos elementos, tais como expansão da carga horária, aulas de reforço e recuperação, formação de professores e avaliações diagnósticas. Além disso, é importante avaliar como vem sendo a implementação e quais são os resultados do programa Mais Estudo e propor, junto com a comunidade escolar, ações para aperfeiçoá-lo.
3. É essencial garantir investimento em **ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação**. Para além disso, é importante haver uma atuação intersetorial com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves. Nesse sentido, o Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor pode ser fortalecido.
4. Em 2021, a **Bahia aumentou a verba para a alimentação escolar**, implementando a política de uma refeição adicional por turno nas escolas. É fundamental seguir investindo e qualificando medidas dessa natureza, ampliando a segurança alimentar das crianças e dos jovens.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. Na Bahia, as redes municipais são responsáveis pela totalidade das matrículas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e por 83% nos Anos Finais. Tendo em vista essa divisão de matrículas, não cabe ao governo estadual promover ações voltadas apenas para os Anos Finais e o Ensino Médio, onde estão as matrículas da rede estadual, mas também **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional**.
2. Atualmente, **a colaboração entre estado e municípios na Bahia se dá de forma frágil e pontual**, em apenas algumas áreas como transporte escolar, convênios para construção de Creches, avaliações de aprendizagem e na formação de professores e gestores escolares. É fundamental que a Bahia **estabeleça programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, especialmente na primeira infância e na alfabetização**. Os programas cearenses Mais Infância e Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa (Paic) podem ser referências para a criação de políticas centrais para o avanço da Educação baiana.

2) Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da secretaria de Educação.
2. Promover uma **gestão estratégica na secretaria**, garantindo um planejamento adequado, metas claras e um monitoramento contínuo.
3. Aprimorar a **capacidade administrativa da SEC**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes (melhorias no Sistema Integrado de Gestão Educacional – Sigeduc é um exemplo de avanço necessário nessa frente).

4. **Fortalecer os 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTEs)**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas estaduais e redes municipais.

5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito** entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a Secretaria da Educação das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. A Bahia instituiu, em 2022, a **Emenda Constitucional nº 29**, que **modificou os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios, passando a levar em conta os resultados educacionais**. Entretanto, ainda é necessário **realizar a regulamentação da medida**, definindo qual percentual da cota-parte será repassado de acordo com critérios relacionados à Educação (a lei fala de no mínimo 10% e no máximo 20%) e quais indicadores educacionais serão considerados para o cálculo da transferência. É importante, ainda, garantir a implementação da medida, que passa a valer em 2024.

2. Ampliar os **mecanismos de descentralização de recursos financeiros** para as escolas é uma estratégia necessária para tornar a gestão das unidades escolares mais ágil e eficiente. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (em 2022, a secretaria está fazendo concurso para contratar 2,1 mil professores e coordenadores pedagógicos) ou por processo seletivo simplificado. Também ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo

avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula/prova prática, que não constou como uma etapa no concurso de 2022). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. Em 2022, a Bahia atualizou a tabela de vencimentos do quadro do magistério. O piso salarial do estado para 40 horas semanais (R\$ 3.850) é praticamente igual ao Piso Nacional (R\$ 3.845). Para além de **oferecer salários competitivos**, é importante **aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei nº 8.261, de 2002, modificada pelas Leis nº 10.963 de 2008 e nº 12.577 de 2012), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.

3. Garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas, priorizando que os **docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades**, como formação. Nesse sentido, concursos públicos que ofertam cargas horárias maiores, como o de 2022 (40 horas semanais), são de extrema importância.

4. O estado oferece a formação continuada aos docentes principalmente por meio dos NTEs com suporte do Instituto Anísio Teixeira (IAT). Para avançar na Educação, é fundamental **fortalecer a atuação do IAT, ampliar as políticas de formação continuada**, garantindo, que sejam alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria de Educação poderia estruturar um **programa de estágio remunerado** para os licenciandos atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar** - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. A legislação da Bahia (Decreto nº 16.385, de 2015) define que os gestores escolares na rede estadual são escolhidos via eleição pela comunidade escolar e e que os candidatos, para serem aptos a concorrer no pleito, devem ser servidores efetivos e aprovados em uma avaliação de conhecimentos em gestão escolar. Entretanto, os dados do Censo Escolar de 2021 apontam que 71,2% dos diretores das escolas

estaduais da Bahia foram designados via indicação da secretaria (apenas 2,9% via eleição, com participação da comunidade escolar) e cerca de 63% possuem contratos temporários. Nesse cenário, torna-se **central compreender os motivos pelos quais a legislação não vem sendo cumprida e garantir um processo de escolha dos gestores que ateste a competência técnica dos candidatos** (com a inclusão de instrumentos, tais como entrevistas por competências, certificação em gestão escolar e apresentação de plano de gestão,) e que também leve em conta a opinião da comunidade escolar.

2. A Bahia realiza, em regime de colaboração com os municípios, um programa de **formação continuada para gestores escolares** (Formação Continuada Territorial). É importante avaliar os resultados do programa, aprimorando-o de modo que considere as **diferentes fases de desenvolvimento profissional** em que os gestores se encontram.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das Núcleos Territoriais de Educação e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. Ainda, é importante que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas **condições para que o Documento Curricular Referencial da Bahia seja implementado em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos. Nesse sentido, ressalta-se a importância da atual plataforma do IAT que contém diversos conteúdos alinhados à BNCC para os professores utilizarem em sala de aula. **Aprimorar e disseminar esta ferramenta** é uma medida central para a implantação nos novos currículos.

2. O Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe) foi reformulado em 2019 (as avaliações foram descontinuadas entre 2014 e 2018) e, atualmente, é composto por avaliações diagnósticas de Matemática e Língua Portuguesa. É importante garantir que tais **avaliações sejam alinhadas aos novos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão**, de modo que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. A Bahia ainda não possui um programa estruturado em regime de colaboração com os municípios na primeira infância. Algumas ações importantes são:

1. Estabelecer uma **Política Estadual Integrada para a Primeira Infância**, desenvolvida a partir da colaboração com os governos municipais e contando com abordagem e coordenação intersetorial, de modo a articular diversas políticas do poder público (como as das áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social).
2. Na Educação, em especial, é importante que a política para a primeira infância contemple uma **Política Estadual de Apoio à Educação Infantil**, buscando apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das Creches e Pré-escolas. Na Bahia, a taxa de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos é de 32,6% – abaixo da média nacional de 37,9%. Já na Pré-escola, o estado já praticamente universalizou o acesso das crianças de 4 e 5 anos (97,3% versus 94,2% do Brasil)

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, a Bahia não possui uma **política estruturada de alfabetização em regime de colaboração com os municípios. Seria importante investir na construção de um programa desta natureza, fundamental para que o estado consiga garantir a alfabetização das crianças na idade certa.** É possível se inspirar em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Ceará (atualmente, 11 estados já vêm implementado políticas nesse formato, tendo como principal referência a experiência cearense). Em termos gerais, essa política consiste em oferecer apoio técnico e pedagógico para os municípios em suas políticas de alfabetização (formação continuada para professores, avaliações, materiais pedagógicos, acompanhamento e apoio dos NTEs às gestões municipais, entre outros) além de mecanismos de incentivos financeiros, tais como premiações para escolas municipais e a implementação do **ICMS-Educação (a vigência desse mecanismo, já aprovado no estado, sem um programa de apoio aos Municípios, pode ampliar as desigualdades, de modo que as cidades mais vulneráveis recebam menos recursos e fiquem ainda mais para trás).**

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

Os Anos Finais na Bahia são ofertados na maior parte pelos municípios, mas 16% das matrículas ainda estão na rede estadual. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais** do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).
2. Para implementação de uma nova concepção de escola dos Anos Finais, é **importante priorizar a expansão das escolas em tempo integral**, podendo ser feito através do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira. Atualmente, 7,1% das matrículas nessa etapa na rede pública da Bahia são em tempo integral – abaixo da média nacional (10,4%). Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação baiana.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. A Bahia não tem cumprido com o cronograma previsto de implementação do Novo Ensino Médio. Enquanto a grande maioria dos Estados aprovou o referencial curricular entre 2020 e 2021 e começou com o novo modelo já em 2022, o estado homologou os referenciais curriculares para o Ensino Médio apenas em março de 2022. Assim, o novo currículo começa a ser implementado em 2023. Nesse sentido, é fundamental que a próxima gestão **inicie, acompanhe e monitore a implementação do novo modelo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos, em especial, frente às recentes definições do Enem). **Apoiar as escolas e garantir que as políticas pedagógicas** (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é necessário. Por fim, é central **manter diálogo constante com a comunidade escolar** para que o novo currículo seja implementado de forma adequada.
2. A Bahia conta com dois programas de formação profissional e tecnológica para estudantes do Ensino Médio. **O Educar para Trabalhar** é ofertado em parceria com o Sistema S no formato EAD. Já o

Programa de Aprendizagem Profissional é destinado aos alunos matriculados em cursos técnicos, envolvendo atuação profissional em empresas conveniadas e com remuneração durante o programa. Apesar de 24,9% das matrículas do Ensino Médio estarem vinculadas à modalidade de Educação Profissional e Tecnológica na Bahia (acima da média nacional de 23,8%), é fundamental **avaliar como está sendo a implementação de tais programas, de modo a aprimorá-los e garantir a qualidade dos cursos ofertados**. Além disso, é necessário **investir na implementação do itinerário formativo de EPT no âmbito do Novo Ensino Médio**, mesmo em escolas regulares, ampliando as opções de cursos e adequando-os às necessidades econômicas das diversas regiões do Estado.

3. Ainda que a Bahia, por meio do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, esteja expandindo o número de **matrículas em tempo integral** (crescimento de 45,35% das matrículas entre 2020 e 2021) o número absoluto ainda é muito baixo. **Apenas 5,5% do total das matrículas do Ensino Médio são em escolas integrais (resultado mais baixo entre os estados do Nordeste)**, sendo que a média nacional é de 15,5%. Portanto, é importante **priorizar e acelerar a expansão desse modelo**, cuidando de sua implementação. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Com a pandemia, a Bahia iniciou um processo de ampliação da conectividade nas escolas, mas ainda é preciso garantir infraestrutura adequada para todos os professores e alunos. Também é importante construir uma **estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam

fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.

2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de **atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação**.
3. Possibilitar que programas de **repasso descentralizado de recursos prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão**, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br